



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL
Deputado Pedro Uczai – PT/SC

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 9463, DE 2018, DO PODER EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A DESESTATIZAÇÃO DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS E ALTERA A LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002, A LEI Nº 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000, E A LEI Nº 5.899, DE 5 DE JULHO DE 1973" (REVOGA DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.890-A, DE 1961 E DA LEI Nº 10.848, DE 2004) - PL946318

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da privatização do Setor Elétrico nas tarifas de energia.

Requeiro a V.Exa, nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública para debater os impactos da privatização do Setor Elétrico nas tarifas de energia, contando com as seguintes participações:

1. Nelton Miguel Friedrich;
2. Ildo Luís Saluer – Vice- Diretor do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo;
3. Nelson Hubner – ex- Diretor-Geral da Aneel;
4. Luís Pinguelli Rosa – ex- Presidente da Eletrobrás;
5. Representante da Federação Nacional dos Urbanitários.

JUSTIFICATIVA

A Eletrobrás é a principal empresa de geração e transmissão de energia do país: possui 31% da capacidade de geração, 47% das linhas de transmissão e 5,1% do fornecimento ao mercado consumidor no país. A União é o maior acionista, com 51% das ações ordinárias. Outros 13% estão com o BNDESPar, além de 7% nas mãos do próprio BNDES. Para o setor privado, sobra cerca de 30% do total, distribuído entre mais de 20 mil investidores nacionais e internacionais - pessoas físicas, empresas e fundos. A empresa foi um dos maiores agentes do setor elétrico brasileiro durante os



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL
Deputado Pedro Uczai – PT/SC

governos de Lula e Dilma, tornando-se a garantidora de segurança energética do país. Diferentemente do “apagão” de 2001 no governo FHC, em 2013 e 2014 o sistema elétrico brasileiro sustentou a demanda por energia sem racionamento durante a maior crise hídrica em 50 anos, o que mostra o acerto do modelo implantado por Lula e Dilma nos anos anteriores, que deu segurança ao suprimento com redução de tarifas. As propostas agora apresentadas pelo governo Temer representam basicamente tentativas de transferir os recursos energéticos nacionais para o mercado, com a consequente elevação do preço de energia.

A adoção de um novo modelo, que privilegia o mercado livre de comercialização de energia e a privatização da principal estatal do setor elétrico, com a possibilidade de venda de ações na Bolsa de Valores, foi anunciada, segundo o MME, com o objetivo de dar mais “competitividade e agilidade” às operações da empresa, porém a principal motivação vista pelo setor é a expectativa de arrecadar cerca de R\$ 20 bilhões com a operação. A implantação do modelo elétrico mercantil, nos anos 1990, foi e continua sendo um fracasso de enormes proporções. Foi um dos maiores erros da nossa História. Esse modelo, em termos gerais, reduziu a confiabilidade do sistema elétrico, o que pode ser constatado, efetivamente, pelo apagão recorde em nível mundial. Em 2001, fruto do novo modelo, tivemos o maior racionamento energético da história mundial em tempos de paz, que forçou a redução de 25% do consumo anual brasileiro. Um dos mais importantes aspectos levantados por trabalhadores do setor é o risco de precarização dos serviços de energia após a privatização da Eletrobrás. Estudos feitos pelo Dieese e pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) mostram que nenhuma das empresas privatizadas melhorou a qualidade de prestação do serviço. Além disso, o custo chegou a subir 300% em algumas companhias, se compararmos com as tarifas das empresas públicas, conforme destacaram sindicatos de trabalhadores das empresas de energia elétrica.

Considerando a perspectiva dessas mudanças regulatórias e seus impactos diretos para o sistema elétrico nacional, bem como o possível aumento tarifário resultante para os consumidores de energia elétrica, gostaria de obter maiores esclarecimentos sobre os impactos da privatização do Setor Elétrico nas tarifas de energia.

Por ser de extrema necessidade e oportunidade rogo aos nobres pares que aprovelem o presente requerimento.

Sala de Comissões, 20 de março de 2018

Dep. Pedro Uczai (PT/SC)